

# Polícia nos estabelecimentos de ensino: uma análise midiática

**Vilmar Duarte Maciel**

Mestre em Ciências Policiais de Segurança e Ordem Pública pelo Centro de Altos Estudos de Segurança da Polícia Militar do Estado de São Paulo. Graduado em Ciências Policiais de Segurança e Ordem Pública pela Academia da Polícia Militar do Barro Branco.

Data do envio: 04.07.2024  
Data da aceitação: 06.07.2024

## **RESUMO**

O presente artigo científico teve o fulcro de analisar a alocação de policiais em escolas como mecanismo de redução dos casos de violência no interior dos estabelecimentos de ensino. Foi utilizada uma pesquisa que envolveu as matérias jornalísticas sobre o assunto, sendo três delas de óptica favorável e três contrárias, agregando a experiência pessoal do autor e seu entendimento empírico de mais de vinte anos no segmento de segurança pública. A obra conclui que, a despeito de grande viés da mídia escrita, ouvida e falada no sentido de dar espaço a pequena parcela de atores contrários à iniciativa, o entrosamento da polícia com o segmento da educação é uma medida que fortalece a parceria almejada na filosofia e estratégia de polícia comunitária, um caminho adotado pela totalidade dos estados brasileiros como ferramenta de fortalecimento no controle delitivo e aumento da sensação de segurança.

**Palavras-chave:** escolas; Polícia Militar; parceria; engajamento; contribuições.

## **ABSTRACT**

This scientific article was the purpose to analyze the allocation of police officers in schools as a mechanism for reducing cases of violence within educational establishments. Research was used that involved journalistic articles on the subject, three of which were favorable and three were contrary, adding the author's personal experience and his empirical understanding of more than twenty years in the public security segment. The work concludes that, despite the great bias of the written, heard and spoken media towards giving space to a small number of actors opposed to the initiative, the integration of the police with the education segment is a measure that strengthens the partnership desired in the philosophy and community police strategy, a path adopted by all Brazilian states as a tool to strengthen crime control and increase the sense of security.

**Keywords:** schools; military police; partnership; engagement; contributions.

## RESUMÉN

Este artículo científico tiene como objetivo analizar la asignación de oficiales de policía en las escuelas como un mecanismo para reducir los casos de violencia dentro de los establecimientos educativos. Se utilizó una investigación que involucró artículos periodísticos sobre el tema, tres de los cuales eran favorables y tres contrarios, sumando la experiencia personal del autor y su comprensión empírica de más de veinte años en el segmento de seguridad pública. El trabajo concluye que, a pesar del gran sesgo de los medios escritos, auditivos y hablados hacia dar espacio a un pequeño número de actores opuestos a la iniciativa, la integración de la policía con el segmento educativo es una medida que fortalece la asociación deseada en la filosofía y estrategia de policía comunitaria, un camino adoptado por todos los estados brasileños como una herramienta para fortalecer el control del crimen y aumentar la sensación de seguridad.

**Palabras clave:** escuelas; policía militar; asociación; compromiso; contribuciones.

## RÉSUMÉ

Cet article scientifique vise à analyser l'affectation des officiers de police dans les écoles comme un mécanisme pour réduire les cas de violence au sein des établissements éducatifs. Une recherche impliquant des articles de presse sur le sujet a été utilisée, dont trois étaient favorables et trois contraires, en ajoutant l'expérience personnelle de l'auteur et sa compréhension empirique de plus de vingt ans dans le domaine de la sécurité publique. Le travail conclut que, malgré le grand biais des médias écrits, auditifs et parlés à donner de l'espace à un petit nombre d'acteurs opposés à l'initiative, l'intégration de la police avec le segment éducatif est une mesure qui renforce l'association souhaitée dans la philosophie et la stratégie de la police communautaire, une voie adoptée par tous les États brésiliens comme un outil pour renforcer le contrôle du crime et augmenter le sentiment de sécurité.

**Mots-clés:** écoles ; police militaire ; association ; engagement; contributions.

## **RIASSUNTO**

Questo articolo scientifico ha l'obiettivo di analizzare l'assegnazione degli ufficiali di polizia nelle scuole come meccanismo per ridurre i casi di violenza all'interno degli istituti educativi. È stata utilizzata una ricerca che ha coinvolto articoli giornalistici sull'argomento, tre dei quali favorevoli e tre contrari, aggiungendo l'esperienza personale dell'autore e la sua comprensione empirica di oltre vent'anni nel settore della sicurezza pubblica. Il lavoro conclude che, nonostante il grande pregiudizio dei media scritti, auditivi e parlati nel dare spazio a un piccolo numero di attori contrari all'iniziativa, l'integrazione della polizia con il segmento educativo è una misura che rafforza l'associazione desiderata nella filosofia e strategia della polizia comunitaria, una strada adottata da tutti gli stati brasiliani come strumento per rafforzare il controllo del crimine e aumentare la sensazione di sicurezza.

**Parole chiave:** scuole; polizia militare; associazione; impegno; contributi.

## 1. INTRODUÇÃO

**D**entro do contexto da segurança pública, a segurança escolar é um dos grandes desafios, maximizado pela grande preocupação, destacada pela Constituição Federal e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, voltados à proteção da infância e da juventude no Brasil.

Nesse contexto, pensando especificamente no estado de São Paulo, é à Polícia Militar paulista que incumbem os serviços de preservação da ordem pública nesse ambiente específico, mesmo sendo local fechado e sob a administração da pasta de Educação.

No ente federativo em comento, três normas ressaltam a importância da matéria, sendo elas, em ordem cronológica, o Decreto nº 28.642, de 3 de agosto de 1988, que Institui o Programa de Segurança Escolar, o Decreto nº 28.643, de 3 de agosto de 1988, que dispõe sobre o perímetro escolar de segurança, e, mais recentemente, a Lei nº 17.341, de 11 de março de 2021, que estabelece normas gerais sobre segurança escolar (São Paulo, 1988a; 1988b; 2021).

É nesse sentido que se destaca a necessidade de constante atenção, tanto ao perímetro escolar de segurança, que teve sua definição no decreto estadual paulista acima citado, mas, também, ao ambiente interno dos estabelecimentos de ensino.

Além do entorno, cujo múnus tem o protagonismo do Policiamento Escolar, um dos seis programas de policiamento descritos no Sistema de Gestão da Polícia Militar (GESPOL) e, também, na Diretriz nº PM3-004/02/20, de 12 de março de 2020, que regulou o referido programa na Polícia Militar do Estado de São Paulo (PMESP), o interior das escolas se tornou um local de preocupação por parte da instituição militar paulista em face dos últimos ataques havidos, que tiveram grande repercussão midiática e, mais que tudo, tiraram vidas.

Pela expertise na área de segurança pública, seja na detecção de comportamentos distorcidos que podem indicar indivíduos destoantes e de potencial perigo à coletividade, seja na possibilidade de instrução e orientação ao público específico — a comunidade escolar — sobre mecanismos de prevenção para minimizar o campo de atuação dos desviantes é que se ressalta a viabilidade do entrosamento das forças para difundir essas fontes

de conhecimento.

O objetivo deste artigo foi apresentar argumentos acerca da alocação de policiais militares em escolas como mecanismo de redução dos casos de violência no interior dessas casas de ensino, a partir de pesquisa nas matérias jornalísticas sobre o assunto e agregando a experiência pessoal do autor e seu entendimento empírico de mais de vinte anos no segmento de segurança pública.

A obra se valeu do método qualitativo, prendendo-se à pesquisa de fontes secundária, por intermédio de coleta de matérias jornalísticas sobre a temática de segurança em escolas, além de pequena busca bibliográfica, estritamente centrada nas obras acadêmicas, dispensando-se, portanto, obras literárias do tema.

Quanto à estrutura, o artigo foi organizado nos capítulos a seguir:

*Introdução*, que trouxe a temática proposta e descrição metodológica elegida para desenvolvimento.

*Matérias jornalísticas*, que reuniu as publicações encontradas na imprensa sobre a utilização de policiais em escolas.

*Obras do acervo interno da Polícia Militar paulista*, que reuniu os trabalhos acadêmicos oriundos do Centro de Altos Estudos de Segurança (CAES) da PMESP, órgão do ensino superior da Instituição que contém grande acervo de publicações científicas de pós-graduação lato sensu, mestrado e doutorado.

*Debate*, que apresentou a discussão sobre a coleta reunida e as pontuações particulares do autor.

*Conclusão*, que teceu as considerações finais do artigo.

## 2. MATÉRIAS JORNALÍSTICAS

Para a coleta, foram utilizadas *strings* específicas<sup>2</sup> na rede mundial de computadores, por intermédio do buscador *Google*, na aba pesquisa - notícias.

---

<sup>2</sup> Por exemplo: “polícia na escola”, “polícia em estabelecimentos de ensino”, “policiais em escolas” etc.

De mais de 100 matérias levantadas do conteúdo digital (de uma média de dez matérias, por página, num total de mais de doze páginas do *Google*), foram escolhidas as mais recentes e de jornais e *blogs* conhecidos da atualidade, sendo eles: G1-Globo, *blog* Aluno em Foco, Carta Capital, Plural (de Curitiba) e Universo Online (UOL).

Finalmente, foram divididas os *headlines* em dois grupos, sendo três matérias que indicavam a tendência mais favorável ou neutra à iniciativa de inclusão de policiais em ambiente escolar e três delas mais contrárias.

Das favoráveis ou neutras, a primeira, sob título *Polícia na escola: sim ou não?*, trouxe, em resumo que manter policiais do lado externo da escola quando o entorno oferece riscos à segurança da comunidade é essencial, denotando o trabalho em rede para combater a insegurança. No entanto, pedir que policiais fardados façam rondas durante os intervalos pode ser uma tentativa de intimidar os alunos mais indisciplinados, podendo ir contra os objetivos de promover a autonomia dos estudantes, já que a coerção não está alinhada com a autonomia. Assim, deve ser avaliado com cautela a delegação exclusiva a outras instâncias, que não às da Educação, a responsabilidade de lidar com conflitos na escola (Vivaldi, 2014).

Num dos pontos de grande concordância com a presença de policiais nas escolas, a autora assenta:

Contar com a presença dos policiais do lado externo da escola, quando o entorno oferece riscos à segurança da comunidade, é essencial. Denota um trabalho em rede cada vez mais indicado e necessário para combater a insegurança. Porém, ao pedir que aconteçam visitas de profissionais fardados durante o horário dos intervalos temos, no mínimo, uma tentativa de intimidar os alunos mais baderneiros. E, como toda regulação externa, a coerção gerada com essa presença pode ter efeito contrário ao que se desejava e, assim, intensificar os atos deliberados de rebeldia, principalmente quando a polícia não está na escola (Vivaldi, 2014, p. 1).

A segunda matéria positiva/neutra teve como título: *O que saber antes de colocar a polícia dentro da escola?* Nela, Freitas (2023) avalia o aumento do pânico causado por boatos de ameaças a escolas e universidades em todo o Brasil, gerando pedidos para que integrantes da Polícia Militar e Guarda Municipal façam parte da rotina das escolas. A autora pontua que, antes de impor a presença das forças de segurança nas instituições educacionais, é essencial considerar o ambiente educacional, no sentido de entender a escola

como ambiente educativo, com crianças e adolescentes em desenvolvimento, o que pressupõe a necessidade de um espaço que trate o erro e as condutas inadequadas como oportunidades de aprendizado e não de punição. Também trouxe o exemplo do estado do Paraná, com o programa Escola Segura, que foi implantado em 2019, colocando policiais militares em escolas da rede estadual. No entanto, uma avaliação desse programa mostrou que ele não produziu alterações significativas na segurança das escolas. Não há evidências de que a presença dos policiais tenha reduzido casos de agressões verbais, físicas, ofensas sexuais ou uso de drogas ilícitas. Em conclusões, ela indicou que é fundamental que as escolas tenham autonomia e estejam envolvidas na adaptação da presença da polícia no espaço escolar.

A terceira e última, mais neutra que favorável, veiculada pelo G1-Globo, teve o título: *Após ataque, Tarcísio estuda colocar policiais em escolas de forma permanente*. Conforme Sadi (2023), que buscou a neutralidade na transmissão da matéria, após ataque ocorrido a uma escola da capital paulista, onde um aluno agrediu letalmente uma professora, o governador Tarcísio de Freitas concluiu pela necessidade de fixação de policiais militares no interior dos estabelecimentos como forma de prevenção desses eventos. A ideia foi de um programa para ter policiais nas escolas permanentemente, utilizando policiais da reserva contratados e remunerados exclusivamente para a missão.

Das contrárias, a primeira, "Lugar de PM nunca pode ser a escola", diz especialista em educação, publicada na UOL, dá conta da uma entrevista realizada com Catarina de Almeida Santos, professora e pesquisadora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, e coordenadora do Comitê-DF da Campanha Nacional pelo Direito à Educação (CNDE), na qual são tecidas duras críticas à presença de policiais e militares em escolas. Segundo ela, essa vertente da polícia como "solução para a educação tem apoio popular e do governo federal, que pega carona nessa política populista justamente pela falta de compreensão do que realmente está em jogo" (Cruz, 2020, p. 1).

Nesse sentido, a entrevistada reputa que:

A polícia dentro da escola vai apagar o sujeito, apagar identidades, porque as escolas militarizadas impõem a regra do quartel, apaga a identidade da juventude, sobretudo da juventude negra, apaga a questão das mulheres trans, das lésbicas, dos gays. Não há espaço para isso (Cruz, 2020, p. 1).

A segunda desfavorável é intitulada *Polícia nas escolas não evita ataques e pode introduzir outras violências*. No entendimento da autora, ao discutir a adoção de medidas de segurança ostensiva em escolas brasileiras a partir da palavra de especialistas, a presença de forças de segurança não controla os ataques contra alunos e professores e, pior ainda, pode agravar o ambiente escolar. A pesquisadora fez a comparação com os Estados Unidos da América (EUA), onde proposituras semelhantes não evitaram ataques, reforçando-se a necessidade de discussões mais profundas sobre segurança e educação. A insistência no policiamento como solução para os ataques pode até indicar a busca por respostas imediatas para problemas complexos, mas não traz um cenário de solução instantânea, o que demonstra ser fundamental considerar abordagens dentro do próprio campo da educação — e não da polícia — para o controle da violência nas escolas (Pires, 2023).

A terceira e última, do site Carta Capital, tem o *headline* *Escola não é quartel: cumprir ordens, obedecer de forma cega, vai na contramão das exigências da vida moderna* e discute a iniciativa de escolas militarizadas em São Paulo, questionando sua compatibilidade com a educação, a partir da lei proposta pelo governador, que prevê a presença de policiais militares da reserva em escolas públicas. Os autores citam o argumento de especialistas que essa abordagem não influencia positivamente o desempenho dos alunos e não tem amparo legal na legislação educacional brasileira. Além disso, a presença de agentes policiais pode contaminar o ambiente educacional com valores contrários à emancipação cidadã, enfatizando que boas escolas formam rebeldes com causa, e a militarização do ensino não é a solução para os desafios enfrentados pelas instituições educacionais. Muito embora não cite exatamente a questão de policiamento em si, a aversão ao conteúdo e estética militares são claras quanto ao posicionamento da matéria (Callegari; Cecchini, 2023). Cabe realçar, aqui, que a maioria maciça das notícias encontradas teve cunho contrário à aplicação do projeto de inclusão de policiais nas escolas, sendo raras as favoráveis.

### 3. OBRAS DO ACERVO INTERNO DA POLÍCIA MILITAR PAULISTA

Os cursos de graduação, pós-graduação, mestrado e doutorado na PMESP exigem dos concludentes a apresentação de monografias, dissertações e teses como requisito à aprovação. A biblioteca digital do CAES é vasta e possui grande material, sendo utilizadas, para pesquisa, as mesmas *strings* que foram usadas para a busca de matérias jornalísticas.

Das várias obras disponíveis, foram elegidas três dissertações de mestrado para apresentação.

A primeira pesquisa do recorte *intra corporis* é assinada por Silva Filho (2013), demonstrou a importância da integração do Programa de Policiamento Escolar com o Sistema de Proteção Escolar da Secretaria de Estado da Educação, como forma de estimular o intercâmbio de informações e o desenvolvimento de conhecimentos de valia para incremento da qualidade de vida da comunidade escolar e diminuição da violência no ambiente de ensino. Em sede de propostas, dentre outras o autor salientou acerca da integração de profissionais das áreas de segurança pública e educação, com reuniões periódicas entre gestores e a participação de policiais militares nas atividades desenvolvidas no ambiente escolar.

A segunda obra acadêmica, de Abreu (2020), que investigou a situação de uma das subunidades operacionais do 39º Batalhão de Polícia Militar do Interior (BPM/I), responsável pelo policiamento ostensivo-preventivo no município litorâneo de São Vicente, trouxe o sucesso das palestras proferidas nas comunidades escolares da área, como contribuição para a melhoria da percepção da sensação de segurança, servindo de mecanismo propulsor dessa aproximação e como ferramenta para a melhoria da imagem da Polícia Militar, demonstrando, assim como outras pesquisas relacionadas à temática, a diminuição de índices criminais nos perímetros escolares de seu território de análise e a melhoria, também, do ambiente interno.

A terceira e última foi a dissertação de mestrado de Lopes (2020) que propôs a implantação do Programa Vizinhança Solidária Escolar (PVSE), utilizando como território geográfico de diagnose de uma das companhias operacionais do 5º Batalhão de Polícia Militar Metropolitana (BPM/M), unidade que executa o policiamento na zona Norte da cidade de São Paulo. O autor trouxe, além da proposta de uma detalhada minuta de Diretriz, a notável redução criminal havida no local do projeto-piloto, comparando-se o 1º trimestre de 2018 (período que não era desenvolvido o Programa) com o 1º trimestre de 2019 (período que o Programa foi instituído na sua plenitude), demonstrando melhorias em 15 das 17 escolas em que foi aplicada a sistemática, o que representou 88,23% dos estabelecimentos com êxito nesse alcance. Foi ressaltado o uso das redes sociais como ferramenta de celeridade no fluxo de informações e, numa síntese das benesses do programa, destacou-se a melhoria ou estabilidade dos indicadores criminais, o aumento na sensação de segurança, a consolidação e estreitamento de relações com

as instituições, a maximização do emprego da Ronda Escolar, do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD) e do uso de aplicativos de mensagens instantâneas para difusão de informações.

Vale enfatizar que o PVSE busca engajamento e sincronia não somente de policiais, mas de professores, funcionários, pais e alunos — grupo que constitui a comunidade escolar — na construção de uma cultura de paz e respeito nas escolas.

#### **4. DEBATE**

Da visualização do cenário sob a óptica da imprensa, apesar de não se terem elencado, numericamente, o total de notícias pró e contra a aplicação de efetivo policial em escolas (desnecessário para a comprovação aqui pretendida), uma tendência clara de não aceitação.

Ocorre que, primeiramente, com base em alguns textos produzidos e coligidos neste artigo, citados no capítulo 2 e entendidos como favoráveis, já se tem uma luz quanto à viabilidade dessa aplicação, não obstante a enxurrada de materiais contrários.

Segundo, ao se vasculharem os trabalhos acadêmicos do CAES, notam-se apontamentos diametralmente opostos, comprovando as benesses trazidas com a junção de esforços entre polícia e escola. Vale recordar que essas obras possuem cunho científico e, apesar de serem elaboradas pelo público interno da Polícia Militar, confirmam o tecnicismo que é buscado para alcançar proposições criativas e viáveis para a segurança pública.

Terceiro, e, neste ponto, fazendo colação ao que foi comprovado por Maciel (2023), ao contrário do que se pensa a respeito do contingente da Secretaria da Educação (SEDUC), que é desfavorável ao entrosamento com a Polícia Militar, a pesquisa de campo realizada com 5.501 integrantes daquela pasta educacional comprovaram mais de 98% de aceitação dessa iniciativa, encabeçada pelo já descrito PVSE, que teve grande proficiência em cidades do interior paulista.

Do exposto, fica evidente que a inclusão de policiais em escolas para partilha de informações de segurança é um manejo estratégico, aplicável e eficiente, em face dos resultados que já foram alcançados com casos práticos relatados em diversos sítios de todo o estado paulista.

## **5. CONCLUSÃO**

A Polícia Militar paulista trilha longo caminho na proteção aos cidadãos, com a sua quádrupla missão institucional de defesa das pessoas, aplicação da lei, preservação da ordem e combate ao crime, tópicos esses devidamente insculpidos em seu Plano de Comando.

Neste artigo científico estudou-se a inclusão de policiais militares em escolas como uma ferramenta de diminuição dos casos de violência no interior desses estabelecimentos de ensino. Ao se referir inclusão, a ideia é tão somente a inclusão social propriamente dita, e não o policial como um educador. A utilização de palestras e orientações verbais para prevenção delitiva e reforço da cultura cívica se mostram necessárias num momento em que a insegurança fala mais alto do debate público.

O policiamento comunitário em escolas representado pelo PVS Escolar é uma abordagem que busca promover a segurança por meio do fortalecimento dos vínculos entre a polícia, a comunidade escolar e os alunos. Essa estratégia não significa, jamais, a ingerência da polícia nas atividades de educação, mas sim a partilha de conhecimentos e de responsabilidades para a segurança da coletividade.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Renato dos Santos. **A difusão de medidas de prevenção primária de segurança nas comunidades escolares da subárea da 1ª Cia PM do 39º BPM/I - São Vicente/SP**. 2020. Orientadora: Cel PM Rogério Silva Pedro. 132 f. Dissertação (Mestrado). Centro de Altos Estudos de Segurança, Polícia Militar do Estado de São Paulo, São Paulo, 2020.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**: seção 1: Poder Executivo, Brasília DF, ano CXXVI, n. 191-A, p. 1-32, 5 out. 1988.

CALLEGARI, Cesar; CECCHINI, Clara. **Escola não é quartel**: cumprir ordens, obedecer de forma cega, vai na contramão das exigências da vida moderna. Carta Capital, São Paulo, 29 maio 2024. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/carta-capital/escola-nao-e-quartel/>. Acesso em: 30 maio 2024.

CRUZ, Maria Tereza. **"Lugar de PM nunca pode ser a escola"**, diz especialista em educação. Universo Online (UOL), Segurança Pública, [S.l]: UOL, 21 fev. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/ponte-jornalismo/2020/02/21/lugar-de-pm-nunca-pode-ser-a-escola-diz-especialista-em-educacao.htm>. Acesso em: 10 maio 2024.

FREITAS, Rosiane Correia de. **O que saber antes de colocar a polícia dentro da escola?** Plural — melhor jornal de Curitiba, Curitiba 13 abr. 2023. Disponível em: <https://www.plural.jor.br/noticias/vizinhanca/o-que-saber-antes-de-colocar-a-policia-dentro-da-escola/>. Acesso em: 15 abr. 2024.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa**. v. 3.0. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

LOPES, Alexandre Couto. **Proposta de implantação de um projeto de parceria nas instituições de ensino na 3ª Cia do 5º BPM/M, denominado Programa Vizinhança Solidária Escolar**. 2020. Orientador: Maj PM Marcelo Reco. 142 f. Dissertação (Mestrado). Centro de Altos Estudos de Segurança, Polícia Militar do Estado de São Paulo, São Paulo, 2020.

MACIEL, Vilmar Duarte. **Segurança escolar**: novas perspectivas de interação entre a Polícia Militar e a comunidade por meio da estratégia de trabalho em rede. 2023. Orientador: Cel PM Carlos Enrique Forner. 188 f. Dissertação (Mestrado). Centro de Altos Estudos de Segurança, Polícia Militar do Estado de São Paulo, São Paulo, 2023.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

PIRES, Thalita. **Polícia nas escolas não evita ataques e pode introduzir outras violências**. Brasil de Fato, São Paulo, 16 abr. 2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/04/16/policia-nas-escolas-nao-evita-ataques-e-pode-introduzir-outras-violencias/>.

com.br/2023/04/16/policia-nas-escolas-nao-evita-ataques-e-pode-introduzir-outras-violencias#:~:text=A%20presen%C3%A7a%20de%20pol%C3%ADcia%20ou,de%20outros%20tipos%20de%20viol%C3%A2ncias.. Acesso em: 5 abr. 2024.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO (PMESP). “3ª Seção de Estado-Maior. **Diretriz n° PM3-004/02/20**. São Paulo: 3ª Seção de Estado-Maior, 12 mar. 2020. Assunto: Programa de Policiamento Escolar.

SADI, Andréia. **Após ataque, Tarcísio estuda colocar policiais em escolas de forma permanente**. G1-Globo, São Paulo, 27 mar. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/blog/andreia-sadi/post/2023/03/27/apos-ataque-tarcisio-estuda-colocar-policiais-em-escolas-de-forma-permanente.ghtml>. Acesso em: 10 abr. 2024.

SÃO PAULO (Estado). [Constituição (1989)]. Constituição do Estado de São Paulo. **Diário Oficial [do] Estado de São Paulo**: Poder Executivo - Suplemento, São Paulo, v. 99, n. 188, p. 2, 6 out. 1989.

SÃO PAULO (Estado). Decreto n° 28.642, de 3 de agosto de 1988. Institui o Programa de Segurança Escolar. **Diário Oficial [do] Estado de São Paulo**: seção I: Poder Executivo, São Paulo, ano 98, n. 145, p. 1, de 4 ago. 1988.

SÃO PAULO (Estado). Decreto n° 28.643, de 3 de agosto de 1988. Dispõe sobre o estabelecimento de perímetro escolar de segurança. **Diário Oficial [do] Estado de São Paulo**: seção I: Poder Executivo, São Paulo, ano 98, n. 145, p. 2, 4 ago. 1988.

SÃO PAULO (Estado). Lei n° 17.341, de 11 de março de 2021. Estabelece normas gerais sobre segurança escolar e dá outras providências. **Diário Oficial [do] Estado de São Paulo**: Poder Executivo. São Paulo, seção I, volume 131, n. 49, p. 1, 12 mar. 2021.

SILVA FILHO, Gerson Ferreira da. **Integração do Programa de Policiamento Escolar com o sistema de proteção escolar da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo — uma visão estratégica de Polícia Comunitária**. 2013. Orientador: Cel PM Alexandre Marcondes Terra. 107 f. Tese (Doutorado). Curso Superior de Polícia - I/13. Centro de Altos Estudos de Segurança, Polícia Militar do Estado de São Paulo, São Paulo, 2013.

VIVALDI, Flávia. **Polícia na escola**: sim ou não. Blog Aluno em Foco, São Paulo, 5 dez. 2014. Disponível em: <https://gestaoescolar.org.br/conteudo/983/policia-na-escola-sim-ou-nao>. Acesso em: 1 abr. 2024.

